## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Da Sra. Coronel Fernanda)

Requer que sejam prestadas, pela Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, informações sobre o cumprimento de determinações da Consulta Pública 07/2025.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2°, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, pela Exma. Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, informações sobre situação da Consulta Pública 07/2025.

Nesses termos, requisita-se:

Diante da ausência de atendimento aos próprios ditames do decreto que não estão sendo atendidos, respeitosamente, questionamos:

- 1- Apresentar o parecer jurídico que autorizou a presente Consulta Pública, demonstrando a constitucionalidade do teor da minuta apresentada, visto que se trata de matéria do legislativo;
- 2- O texto traz busca trazer definições acerca de "princípios e diretrizes para garantia de justiça climática e combate ao racismo ambiental, e dá outras providências". em questionamento. Acerca dessas afirmações, fineza indicar no ordenamento jurídico pátrio, onde se encontram, literalmente, os termos "justiça climática" e "racismo ambiental":







## Gabinete da Deputada Coronel Fernanda

- 3- Diante de quais trabalhos acadêmicos os termos "justiça climática" e "racismo ambiental" foram criados?
- 4- Quais os departamentos dentro do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima tratam dos citados temas?
- 5- Quais os estudos que sustentam a afirmação de "que e a justiça climática passa pela associação direta de que a crise climática é uma crise de direitos humanos"?
- 6- Quais os estudos que sustentam a afirmação "que os impactos climáticos se intensificam em cenários de desigualdades sociais, afetando mais severamente populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica"?
- 7- Quais os estudos que sustentam a afirmação "que o racismo é estrutural na sociedade brasileira e passa também pelas questões climáticas, gerando racismo ambiental que impacta populações já vulnerabilizadas"?
- 8- Quais os estudos que sustentam a afirmação que "a correlação direta da justiça climática e racismo ambiental com os demais temas de Controle Ambiental e Gestão Territorial"?
- 9- Quais os estudos que sustentam a afirmação que "a correlação direta da justiça climática e racismo ambiental com os demais temas de Biodiversidade, Áreas Protegidas, Florestas, Educação Ambiental e Bem-Estar Animal"?

# **JUSTIFICAÇÃO**

O Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) busca, através da consulta em aberto, definir princípios e diretrizes para garantia de justiça climática e combate ao racismo ambiental, entre outas providências.





Apresentação: 18/03/2025 18:08:56.157 - Mesa



## Gabinete da Deputada Coronel Fernanda

Ocorre, todavia, que, ao ver desta Parlamentar que subscreve o presente feito, a consulta busca adentrar o papel do legislativo federal em suas obrigações e atribuições.

Diz a Carta Magna:

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

(...)

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

Ademais, o Poder Legislativo tem um importante papel para a sociedade. Essencial para o funcionamento de qualquer regime democrático, no Brasil, é o Parlamento que estabelece um elo entre o povo e seus representantes nos municípios, nos estados e no país. Esse Poder do Estado trabalha para que todos os brasileiros sejam cidadãos livres, com direitos, garantias e deveres. Este é o poder responsável por criar leis e representar o povo.

Portanto, faz-se necessário que a Exma Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, apresente informações para que este Parlamento cumpra o seu papel fiscalizador e de acompanhamento das ações realizadas e planejadas pelo Poder Executivo e assim podermos contribuir na busca de soluções nos planejamentos e ações para sanar os absurdos da Consulta Pública 07/2025.

.Sala das Sessões, em de de 2025.

#### **Deputada Coronel Fernanda**

PL-MT



